

**A FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL NA FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO E FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS**

Karine Vichielt Morgan – Faculdade Maria Thereza - morgan.uff@gmail.com

Marcelo Mocarzel – Universidade Católica de Petrópolis - marcelomocarzel@gmail.com

Introdução

Um Itaú de vantagens feito pra você!!!

O slogan do banco Itaú, aqui reproduzido, poderia sintetizar de maneira eficiente os discursos da chamada “direita para o social” (MARTINS, 2009). Buscando educar o consenso (NEVES, 2005) para minimizar a oposição e a resistência ao seu projeto neoliberal (MONTAÑO, 2015). As empresas têm propagado o discurso de que a elas também cabem contribuir para o desenvolvimento sustentável, em termos ecológicos, econômicos e sociais da população. A partir de tal constatação, e das ações que dela decorreram, evidenciou-se, ainda mais e de novas maneiras, a movediça fronteira entre as esferas pública e privada no contexto brasileiro. Tal fronteira, já apontadas em pesquisas anteriores (ADRIÃO, 2009; NEVES, 2005; PERONI, 2013, dentre outras) é materializada pela inserção, cada vez mais agressiva, da lógica privatista no interior da coisa pública. O artigo que ora se apresenta traz os principais resultados de pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2015 e 2020, cujo objeto de análise principal se constituiu na ação de uma organização da sociedade civil, em atividade desde o início da década de 1990 e com atuação consistente, de forma direta ou indireta, na educação pública brasileira: A Fundação Itaú Social (FIS).

Metodologia

A Fundação Itaú Social foi analisada por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), a partir da qual foi possível descortinar suas relações com outras organizações da sociedade civil e com o poder público, sob a justificativa da responsabilidade social empresarial, evidenciando a grande abrangência de sua atuação.

Análise de Redes Sociais (ARS) tornou-se uma ferramenta fundamental para uma melhor compreensão das correlações de forças que se dão a partir da reconfiguração do capitalismo no cenário atual, que incluem, necessariamente, a ação e interação entre agentes e corporações privadas e o Estado. Souza e Quandt (2008) afirmam que a ARS “é uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar [...] cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de processos característicos da realidade social” (SOUZA; QUANDT, 2008. p. 31).

No escopo que buscamos neste texto, é utilizada a perspectiva de rede multimodal (definida enquanto uma rede que agrega atores de diferentes tipos) por abranger atores individuais e coletivos, de direito público e privado, com e sem fins lucrativos, dentre outros. Será importante também a inclusão das redes de afiliação, que são tipos especiais de redes multimodais, a partir das quais é possível identificar atores que participam de maneira simultânea de mais de uma rede. (SOUZA; QUANDT, 2008) Definida a FIS como o nó focal principal da rede que busca-se desvelar, outros atores foram revelando-se relevantes tanto nas suas relações com a FIS quanto com outros nós da rede, sendo possível observar graficamente uma rede de grande complexidade e altamente abrangente. Nesta pesquisa, delimitamos apenas as redes que incidiram de forma direta sobre a educação pública e os atores que dela fazem parte e utilizamos, para a construção do elemento gráfico, o *software* Gephi 0.9.2.

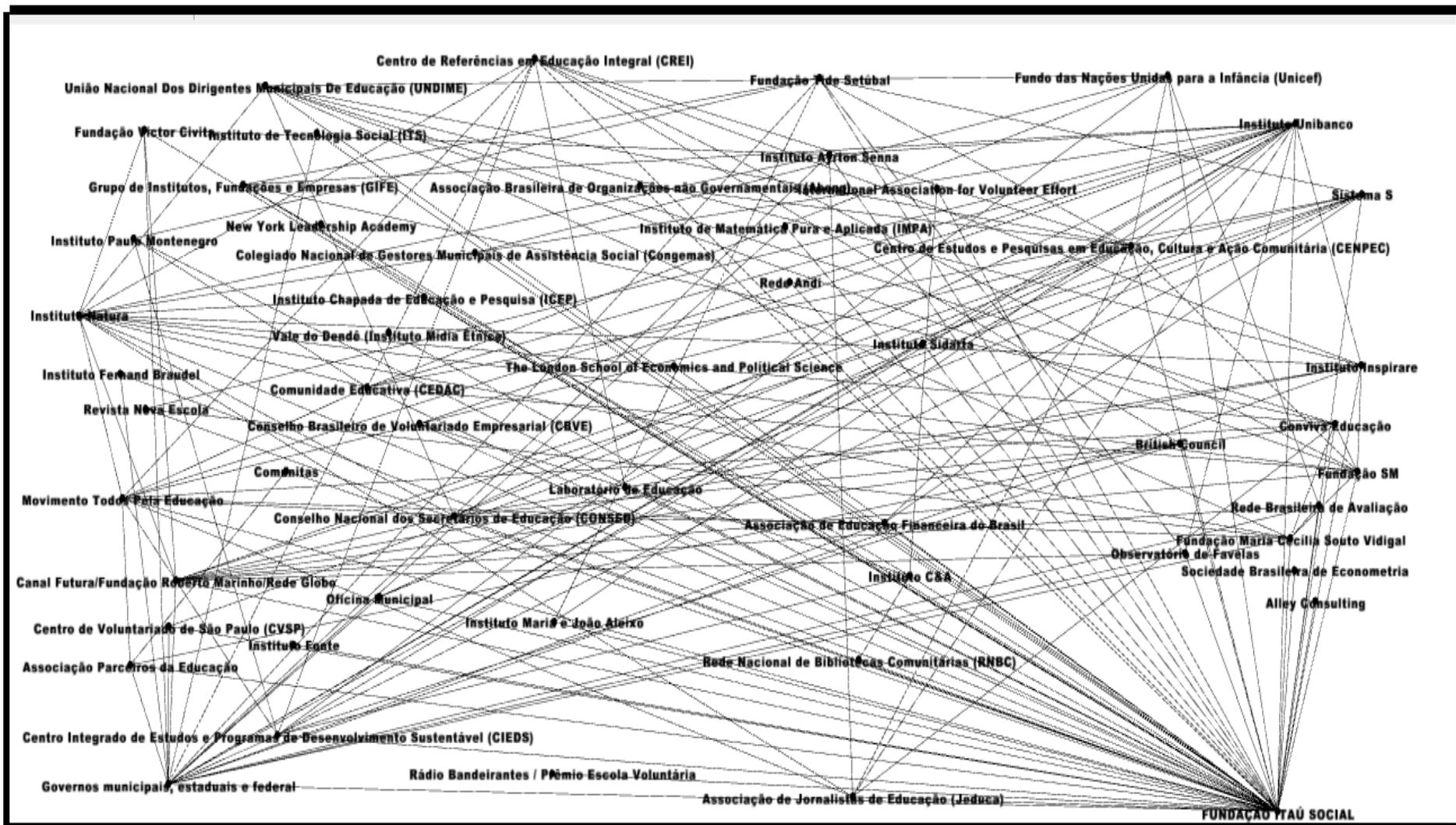
Resultados e Discussão

Tal análise evidenciou três sustentáculos de atuação da Fundação Itaú Social, aos quais todos os programas e projetos são vinculados: A Formação; a Produção de Conhecimento e o Financiamento. Sua ação multiplicadora está na base dos três sustentáculos, buscando fazer daqueles que com ela relacionam-se, agentes da conformação de outros sujeitos que atuam diretamente com os alunos, no chão da escola. As áreas, no entanto, não são segmentadas, ao contrário, possuem um caráter integrado e retroalimentam-se, tendo na produção de tecnologias educacionais e na construção e apoio a modelos escaláveis de atuação, uma tentativa de direcionamento intelectual das políticas de educação. A partir da produção do conhecimento, tomando por base suas próprias conclusões como a panaceia para a educação pública brasileira, a FIS forma tanto uma *intelligentsia* (que lhes confere legitimidade) quanto um sem número de multiplicadores dentre os quais gestores de sistemas educacionais e, mais próximos ao chão da escola, de gestores escolares e de professores: em um duplo sentido, age em nível nacional e local. Tais ações não seriam realizáveis sem as parcerias que firmou ao longo dos anos, em outras palavras: sem a constituição das redes sociais que lhe permitem a incidência na educação pública, sua atuação seria bem mais restrita.

Levantou-se as parcerias firmadas pela FIS entre os anos de 2013 e 2018, a partir dos balanços sociais disponíveis em sua *home page*, de maneira que chegou-se ao grafo das complexas conexões que fizeram da Fundação Itaú Social a potência que hoje representa. Foram inseridos no grafo as parcerias elencadas na página eletrônica da FIS relacionadas até o ano de 2018¹, e quanto às parcerias elencadas na página eletrônica da rede de filiações, foram incluídas apenas aquelas que mantinham parcerias com os nós já inseridos no grafo pela FIS.

¹ No decorrer da pesquisa as parcerias foram atualizadas no sítio eletrônico da FIS, motivo pelo qual, alguns dos parceiros nesta pesquisa analisados não aparecem no Grafo Final. Tais parcerias se fizeram no ano de 2019, fora do recorte temporal previsto para este grafo.

Figura 1: Grafo FIS Final



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Flávio Casimiro (2018) ao analisar as estratégias da burguesia brasileira em sua reorganização após a redemocratização, identificou “como sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado” (p.17) e é também nestas bases, que analisamos a FIS. Surgida no seio da multiplicação destes aparelhos, suas ações indicam uma intenção doutrinária, buscando naturalizar o deslocamento das responsabilidades do Estado com a educação, visto como direitos universais e apresentando em seu lugar, a partir do investimento social privado, políticas focalizadas que atuam por meio do apagamento dos limites entre o público e o privado. Ao mesmo tempo, fortalece, segundo suas premissas, a sociedade civil que, em termos Gramscianos “procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado.” (FONTES, 2010. p. 133). Os atores individuais que compõem o Conselho Curador e a Diretoria da FIS possuem, em sua maioria, uma formação bastante similar. As áreas de formação inicial destes sujeitos, não raro, estão ligadas às áreas da administração, economia e, por vezes, engenharia. Muitos deles formados pela FGV (na formação inicial e/ou em cursos de pós-graduação), instituição esta que compõe a rede de parceiros da FIS e que, segundo Casimiro (2018), conserva “proximidade e intimidade com o empresariado” (p.468). E são estes sujeitos, em última instância, que possuem o poder decisório sobre as ações da Fundação. Nestes termos, é possível inferir que o pensamento privatizante alcança os dirigentes do executivo por meio de programas voltados para a chamada melhoria da educação pública, tanto via formação quanto via produção de conhecimento e aplicação de tecnologias educacionais em escolas públicas brasileiras. Os meios de comunicação exercem papel fundamental na divulgação das ações enquanto benefícios para a sociedade. Em especial, no que tange ao fortalecimento de uma lógica competitiva, dando a ideia de que a oportunidade é fornecida a todos e só sobrevive aquele que sabe aproveitá-las. Exemplos desta lógica, são o Prêmio Itaú-Unicef, a Olimpíada da Língua Portuguesa e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas trazem a competitividade como elemento primordial. A estes programas é dado amplo espaço de propaganda espontânea nos maiores veículos de comunicação do país. As ações disseminadas midiaticamente também podem ser identificadas a partir do que Dore (2006) postula:

De acordo com Gramsci, o trabalho dos grupos dominantes para convencer as classes subalternas a aceitar o status quo não se realiza apenas no plano intelectual. A veiculação de ideias é acompanhada da proposição de um modo de agir. Aqui está claro o vínculo dialético estabelecido por Gramsci entre a “teoria e a “prática”. Quando a classe dominante consegue dar uma direção intelectual para a sociedade,

essa direção também é moral, isto é, implica formas de agir no mundo, a prática. (p. 338. Grifos da autora).

Assim, é possível compreender o motivo pelo qual os prêmios são conectados a cursos de formação e, por vezes, tutorias, pensados pelos especialistas da FIS ou de seus parceiros e aplicados pelos professores nas escolas do país. Essas formações representam a construção do pensamento hegemônico da FIS fazendo frente às formas múltiplas de práticas pedagógicas que poderiam levar à criticidade e à superação da relação de subalternidade das classes populares. Por toda a análise aqui realizada, foi possível identificar a Fundação Itaú Social como um Aparelho Privado de Hegemonia que, junto a outros de alcances e potências diferenciadas, formam uma rede social composta por uma fração da burguesia brasileira, que influencia e age sobre a educação pública em várias frentes: nas políticas, nas práticas, no consenso. Nas palavras de Freitas (2018), em análise à experiência dos Estados Unidos, mas utilizada aqui, sem ressalvas, para caracterizar a rede social da FIS, é possível perceber que os nós que a compõe firmam alianças que envolvem acadêmicos, grandes empresários, rentistas e suas fundações, políticos, mídia, dentre outros atores que, “imersos no tecido social, [constroem] legitimação de sua concepção de sociedade e de educação.” (p.41)

Por fim, é importante ressaltar que por mais que possa parecer irresistível a subsunção da educação pública à uma lógica privatista de gestão, a resistência existe e se faz, inclusive, por meio da construção de outras pesquisas que desvelem os meandros da privatização em curso.

Referências Bibliográficas

- ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de " sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & sociedade**, v. 30, n. 108, p. 799-818, 2009.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. Expressão Popular., 2018.
- DE FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão Popular, 2018.
- DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 26, n. 70, p. 329-352, 2006.
- FONTES, Virgínia. Velhas e remodeladas formas da direita no Brasil. **EN EL CONO SUR**, p. 77, 2010.
- MARTINS, Andre Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação” **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em 14/08/2017.
- MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do " Terceiro Setor"**. Cortez Editora, 2015.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de análise de redes sociais. **O tempo das redes. São Paulo: Perspectiva**, p. 31-63, 2008.